

Centro de Estudos Escrituralistas

Centro independente de pesquisa

Nota e Intervenção · Cosmovisão · 02 de setembro de 2026

Informação sem conhecimento? O estatuto dos dados empíricos em uma sociologia escrituralista

Orlando III

RESUMO

A construção de uma sociologia escrituralista encontra uma dificuldade anterior à definição de instituições, classes, autoridade ou mudança social: que estatuto possuem os materiais empíricos usados pela disciplina? Autores cristãos reconhecem há décadas que pressupostos religiosos afetam a investigação social, mas em larga medida preservam a sociologia empírica como fonte legítima de descrição e explicação. Herman Dooyeweerd negou a neutralidade da ciência social e situou as estruturas sociais em uma ordem criada por Deus; Robert MacLarkey levou essa orientação à teoria sociológica, mas ambos mantiveram uma distinção entre sociologia filosófica e sociologia empírica que deixa aberta a questão epistemológica decisiva. Gordon Clark, John Robbins e Gary Crampton restringem o conhecimento à verdade revelada nas Escrituras e às suas consequências lógicas, classificando a ciência, a história e a arqueologia extrabíblicas como opinião; a partir desse problema, proponho uma distinção metodológica entre sociologia e sociografia. A primeira designa a construção teórica de proposições verdadeiras sobre a realidade social a partir da revelação; a segunda designa a coleta, a organização e a descrição de informações contingentes por meio de censos, documentos, entrevistas, estatísticas e observação. A sociografia pode ser intelectualmente disciplinada, publicamente examinável e comparável sem funcionar como fonte autônoma de conhecimento; com essa distinção, preservo a restrição epistemológica do Escrituralismo e a possibilidade de investigar sociedades históricas concretas.

A questão epistemológica inicial

O pesquisador pode iniciar uma sociologia escrituralista pela família, pelo Estado, pelo trabalho, pelo conflito ou pela antropologia, pois toda teoria social pressupõe alguma concepção do homem. Antes dessas escolhas, contudo, ele deve explicar o que pretende fazer quando afirma conhecer alguma coisa sobre uma sociedade.

Quando o pesquisador passa de proposições gerais para uma sociedade determinada, a dificuldade fica clara: a Escritura ensina que o homem foi criado à imagem de Deus, que todos pecaram, que autoridades possuem funções definidas por Deus e que a família não é produto de um contrato arbitrário. Mas uma investigação sociológica normalmente deseja afirmar também que determinada população envelheceu, que certo padrão de divórcio cresceu, que uma associação perdeu membros, que uma política alterou comportamentos ou que uma forma institucional aparece com maior frequência em um grupo do que em outro. Essas proposições não são obtidas pela simples leitura de Gênesis, Romanos ou Efésios; o pesquisador as recebe por documentos, testemunhos, censos, entrevistas, registros administrativos, séries estatísticas e observações.

Portanto, o problema não consiste em decidir se o cristão pode consultar uma tabela: consiste em

determinar o que ele está autorizado a afirmar depois de consultá-la.

Essa distinção é especialmente necessária dentro do Escrituralismo, pois, se sensação e indução não fornecem conhecimento, o pesquisador não pode atribuir silenciosamente essa função epistemológica às técnicas empíricas. Caso contrário, ele invoca a revelação na introdução e adota o empirismo nos resultados; acrescentar textos bíblicos a categorias cuja autoridade foi definida em outro lugar não basta para constituir uma disciplina cristã.

As tentativas cristãs e a permanência do método empírico

A pergunta por uma sociologia cristã não é nova. David Moberg, em 1964, formulou uma posição representativa de boa parte desse esforço ao tratar a ciência social como empreendimento essencialmente empírico e a fé cristã como perspectiva capaz de orientar as motivações, os valores e as aplicações. Sua conclusão era de parceria: ciência social empírica e fé cristã poderiam corrigir e enriquecer uma à outra.¹ Vinte e cinco anos depois, ao perguntar diretamente se existia uma “Christian Sociology”, Moberg continuava atribuindo importância aos pressupostos cristãos, reconhecendo sua influência sobre a prática do sociólogo, mas observava que sociólogos cristãos não haviam produzido objeto, método ou teoria exclusivamente próprios.²

Esse modelo possui a virtude de perceber que o pesquisador não chega ao objeto sem compromissos anteriores, mas também possui um limite para o problema presente: a investigação empírica permanece epistemologicamente disponível antes que se explique por que seus procedimentos fornecem conhecimento. A fé orienta o cientista, enquanto a ciência conserva seu método.

Herman Dooyeweerd formulou uma crítica mais profunda ao recusar a ideia de uma ciência social neutra e dedicar parte extensa do terceiro volume de *A New Critique of Theoretical Thought* às estruturas da sociedade humana. Sua investigação dos princípios estruturais da sociedade pretende fornecer fundamento para as ciências especiais que examinam relações sociais concretas.³ Dooyeweerd não trata a realidade social como massa amorfa criada pelo observador, pois atribui suas estruturas à ordem temporal criada.

Robert MacLarkey levou essa orientação diretamente à sociologia; em 1991, declarou que pretendia formular os contornos de uma teoria sociológica cristã informada pela filosofia reformacional. Sua exposição começa com a Escritura, afirma que o mundo depende de Deus e que a lei divina ordena a criação, e define as estruturas sociais a partir dessa ordem criada.⁴ Esse procedimento ultrapassa uma simples associação entre fé privada e método secular.

MacLarkey adota de Dooyeweerd uma distinção decisiva. A sociologia filosófica investiga a natureza das estruturas sociais e suas relações; a sociologia empírica estuda formas concretas surgidas em lugares e períodos determinados, descrevendo as classes e as famílias, analisando as cidades e as instituições e procurando explicar essas configurações.⁵ O próprio MacLarkey reconhece ainda que um princípio estrutural não é empiricamente verificável e funciona como pressuposto da teoria. Assim, esses autores reconhecem que um levantamento de dados não fornece o fundamento da teoria social.

Para uma sociologia escrituralista, entretanto, ainda é necessário responder a outra pergunta: se os princípios fundamentais não são empiricamente verificados, o que autoriza a parte empírica a produzir explicações verdadeiras sobre ocorrências particulares? MacLarkey usa a distinção entre sociologia filosófica e empírica para organizar dois tipos de trabalho, mas não determina o estatuto cognitivo do segundo.

Bruce Wearne argumentou em 2003 que o problema mais amplo continuava sem solução suficiente. Ao

discutir a ausência de uma sociologia cristã, ele argumentou que o desafio lançado pelo neocalvinismo às pressuposições da sociologia não havia sido cumprido de maneira suficiente.⁶ Dessa lacuna não se segue o Escrituralismo. O registro discutido por Wearne indica apenas que reconhecer pressupostos em toda ciência não resolveu a construção de uma sociologia cristã.

O obstáculo escrituralista

John Robbins oferece uma formulação que muda a natureza do problema. Em “An Introduction to Gordon H. Clark”, ele apresenta o Escrituralismo como aplicação coerente das ideias escriturísticas a todos os campos do pensamento. Robbins começa pela epistemologia porque trata a revelação proposicional como fonte de conhecimento. Em seguida, distingue conhecimento, opinião e ignorância; segundo essa reconstrução, muito do que ordinariamente chamamos conhecimento pertence à opinião. A história extrabíblica, a ciência e a arqueologia podem conter proposições verdadeiras, mas o método empregado não fornece fundamento suficiente para saber que são verdadeiras.⁷

Gary Crampton repete a distinção de modo explícito; a opinião pode ser verdadeira ou falsa; o problema está em não possuir a justificação que elevaria a proposição ao estatuto de conhecimento. A história, a arqueologia e a ciência natural permanecem, por isso, no campo da opinião quando não são conteúdo revelado ou consequência necessária da revelação.⁸

A consequência para a sociologia é imediata. Um censo pode estar correto. Uma entrevista pode registrar fielmente o que alguém disse, assim como um pesquisador pode contar adequadamente quantas escolas existem numa cidade. Uma série estatística pode ter sido construída sem fraude, com critérios constantes e cálculos impecáveis; nada disso, por si só, transforma o procedimento em revelação ou dedução necessária.

É preciso distinguir verdade de conhecimento: dizer que uma proposição empírica é opinião não equivale a dizer que ela é falsa. Equivale a recusar uma promoção epistemológica que o método não consegue justificar segundo o padrão adotado. O Escrituralismo pode admitir que uma notícia esteja correta e, simultaneamente, negar que a leitura da notícia produza conhecimento no sentido técnico que reserva à verdade revelada e deduzida.

À primeira vista, essa restrição parece tornar as ciências sociais impossíveis quando se presume que sua utilidade depende de chamar todas as conclusões de conhecimento. Robbins, contudo, oferece um precedente ao tratar da economia. Em “The Promise of Christian Economics”, ele insiste que a primeira barreira é epistemológica, define economia como sistema de proposições e sustenta que seus postulados, se a disciplina pretende elevar-se ao nível de conhecimento, devem ser encontrados na Escritura e deduzidos por boa e necessária consequência.⁹ O ponto não é simplesmente rejeitar uma disciplina existente. Robbins tenta reconstruí-la, separando os princípios que podem receber fundamento revelacional das pretensões empíricas que não podem fornecê-lo.

A sociologia exige operação semelhante, porém com dificuldade adicional, porque a economia, na reconstrução de Robbins, pode ser tratada como disciplina lógica da escolha humana. A sociologia possui uma relação muito mais direta com populações, instituições históricas e variações locais. Se eliminarmos todo material contingente, sobra uma teoria social geral, mas deixa de haver investigação concreta da sociedade em que vivemos. Se promovemos o material contingente a conhecimento, abandonamos o princípio epistemológico que justificaria chamar a disciplina de escrituralista.

Escolher um dos extremos não resolve o problema, porque a saída está em distinguir trabalhos diferentes.

Conhecimento, informação e uso condicional

O uso da palavra *dado* pode obscurecer a operação realizada, pois o pesquisador nunca recebe um “fato bruto”, mas uma inscrição, um número, uma resposta, um arquivo, um relato ou uma classificação. E mesmo uma contagem pressupõe que alguma coisa foi definida como unidade e que ocorrências particulares foram reconhecidas como pertencentes à classe contada. Quando o sociólogo lê que 52 por cento de uma população respondeu de determinada maneira, ele encontra uma proposição produzida por uma cadeia de decisões: quem foi contado, qual pergunta foi formulada, como as respostas foram classificadas, que registros foram excluídos e que operação matemática foi executada.

Nada disso torna o material inútil, mas obriga o pesquisador a nomeá-lo corretamente e a limitar a pretensão que lhe atribui.

Proponho chamar de **informação sociográfica** o conjunto de proposições contingentes, além de registros e descrições recebidos por investigação extrabíblica acerca de uma sociedade determinada; seu valor pode ser documental, comparativo, administrativo, prudencial, histórico ou heurístico. Seu estatuto não precisa ser inflado até o de conhecimento para que possa cumprir essas funções.

Com essa distinção, aparecem três operações diferentes que convém manter separadas.

Primeiro, há proposições sociais que a Escritura ensina ou das quais se pode argumentar por consequência necessária. O homem é criatura de Deus; homens e mulheres não são produtos de instituições sociais; pecado não é mera desadaptação; autoridade humana não é absoluta; a família e a propriedade, assim como a responsabilidade, a punição e a associação devem ser examinadas à luz das proposições reveladas pertinentes. A demonstração de cada tese terá de ser feita, e esta nota não pretende antecipá-la; o ponto é apenas formal: se uma proposição social é conhecida no sentido escrituralista, sua justificação não pode depender de uma amostra.

Segundo, existem proposições contingentes apresentadas por fontes extrabíblicas; “O censo registra X”, “o arquivo contém Y”, “o entrevistado respondeu Z” e “a série publicada apresenta tal variação” pertencem a outra ordem. Podemos registrar essas afirmações com precisão documental, confrontar fontes, expor metodologia, procurar erros e declarar graus diferentes de confiança prática; o cuidado melhora a opinião; não altera sua espécie epistemológica.

Terceiro, existem inferências condicionais. Suponha que uma fonte informe determinada alteração social. O pesquisador pode formular: se o registro representa corretamente a situação descrita, então esta situação deve ser julgada segundo as proposições P e Q, juntamente com R, já estabelecidas por outro fundamento. A informação contingente fornece a ocasião e o objeto de aplicação; não cria a norma, a antropologia ou a teoria causal que governa a interpretação.

A formulação condicional limita a pretensão epistêmica ao que as premissas realmente permitem concluir.

Sociologia e sociografia

Há uma vantagem terminológica em recuperar a palavra *sociografia*; o termo possui história anterior a este projeto e foi usado para designar a descrição empírica de grupos sociais, condições históricas e fenômenos determinados. Em tradições do século XX, sociografia chegou a funcionar como sinônimo ou componente da sociologia empírica, especialmente em levantamentos, estatísticas e descrições de configurações sociais.¹⁰ Não estamos, portanto, inventando um nome apenas para resolver uma dificuldade interna.

Aqui, entretanto, uso o termo com uma função epistemológica específica.

Sociologia, em sentido estrito, designará a teoria verdadeira da realidade social: proposições sobre o homem social, as relações entre pessoas, as instituições, a autoridade, a responsabilidade, a ordem, o conflito e a mudança, na medida em que tais proposições possam ser estabelecidas pela revelação e por inferência válida.

Sociografia designará a investigação descritiva de configurações sociais contingentes: recenseamentos, levantamentos, entrevistas, documentação, comparação de registros, estatísticas, mapas institucionais e outras formas de informação extrabíblica acerca de sociedades determinadas.

Essa divisão não reproduz exatamente Dooyeweerd. A sociologia filosófica reformacional pretende identificar estruturas ontológicas, enquanto a sociologia empírica descreve e explica configurações concretas; a distinção escrituralista proposta aqui pergunta antes pelo fundamento das proposições. Uma teoria que se apresenta como ontológica ainda deve indicar o fundamento de suas categorias. Uma pesquisa empírica metodologicamente excelente ainda deve dizer que tipo de pretensão cognitiva faz.

A sociografia também não autoriza o uso acrítico de números. Se a informação é falível, o pesquisador tem ainda mais razão para registrar sua origem, quem a forneceu, como foi produzida, quais definições foram adotadas, se houve mudança de metodologia, o que a fonte efetivamente afirma e qual inferência ele acrescentou. Uma epistemologia que recusa infalibilidade aos documentos humanos possui ainda menos licença para citá-los de maneira descuidada.

Por rigor acadêmico e pela restrição escrituralista, o pesquisador precisa documentar cada afirmação sem atribuir autoridade canônica às fontes humanas. A verificação melhora o controle documental sem tornar a afirmação infalível, e o confronto entre fontes não converte testemunho humano em revelação. Esses procedimentos diminuem confusão, fraude, erro de transcrição e inferências apressadas. Também permitem ao leitor distinguir a fonte do argumento do pesquisador.

O que os dados podem fazer

Com a distinção entre sociologia e sociografia, é possível usar material empírico sem transformá-lo em fundamento autônomo.

O pesquisador pode usar dados para **localizar** uma questão; um conjunto de registros pode indicar que determinada instituição relata crescimento de conflitos em certo período e fornecer, assim, um objeto concreto para investigação.

O pesquisador pode usar dados para **descrever** aquilo que uma fonte registra, e uma pesquisa pode informar a distribuição de respostas obtidas sob determinado instrumento. O pesquisador não tem de transformar a distribuição em lei universal para apresentá-la.

O pesquisador pode **comparar** registros construídos segundo critérios suficientemente semelhantes; a comparação depende da integridade e da compatibilidade das fontes, mas pode indicar diferenças relevantes para decisões prudenciais.

O pesquisador pode **testar a coerência interna** de uma alegação empírica: se alguém afirma que certo arquivo contém mil ocorrências e o próprio arquivo contém quinhentas, há uma contradição documental que pode ser exposta. Essa constatação não transforma a contagem numa fonte revelacional; apenas mostra que as duas afirmações não podem ser simultaneamente corretas nas mesmas condições.

O pesquisador também pode usar dados para **orientar a ação prudencial** em decisões que dependem de

circunstâncias históricas contingentes e não aparecem nominalmente na Escritura. Um pastor, administrador, magistrado ou pesquisador precisa deliberar justamente sob essas condições particulares. Ele pode ter razões melhores ou piores para acreditar que certo bairro possui determinada necessidade, que um orçamento comporta uma despesa ou que uma associação reúne certo número de pessoas. Agir prudentemente, nesse sentido, não exige onisciência nem transforma estimativa em certeza.

Por fim, o pesquisador pode usar dados na **aplicação de princípios conhecidos**. Se há razão suficiente para tratar uma informação como provavelmente correta no uso cotidiano, pode-se perguntar como princípios revelados se aplicariam caso a situação seja tal como descrita. A conclusão prática terá a força correspondente às premissas contingentes usadas na aplicação.

Essas funções são intelectualmente relevantes. Nenhuma delas justifica inferir universais verdadeiros de particulares observados por indução.

O que os dados não podem fazer

O primeiro limite é ontológico. O pesquisador não estabelece a natureza humana por meio de uma pesquisa. Se define a pessoa como organismo determinado por relações materiais, essa antropologia já orienta a leitura da planilha e o significado atribuído aos dados.

O segundo limite é normativo: não se pode inferir dever moral da frequência observada, nem converter preferência coletiva em norma. Ainda que todos os membros de uma população aprovassem determinada conduta, a unanimidade não a tornaria justa. Se o sociólogo cristão deriva valores da distribuição das preferências, abandona a Escritura no ponto em que mais depende dela.

Mais grave é o limite causal, pois correlação, sequência temporal e regularidade estatística não fornecem, sem argumento adicional, uma teoria suficiente da causalidade. Esse problema se torna ainda mais grave numa construção ocasionalista, em que Deus é a causa última e soberana de todos os acontecimentos e as relações entre eventos criados não podem ser convertidas sem argumento em poderes causais independentes. Vincent Cheung leva a crítica ao empirismo precisamente a esse ponto ao sustentar que a sensação não justifica as relações metafísicas que o empirista deseja afirmar. " Uma sociologia escrituralista terá de desenvolver sua linguagem causal com muito mais cuidado do que a fórmula rotineira "X causa Y".

Quanto à generalização, reunir muitas ocorrências particulares não fornece por si uma premissa universal; com uma amostra, é possível calcular, prever operacionalmente e formar expectativas práticas, mas a indução não fornece necessidade lógica.

Por fim, existe o limite interpretativo. Pesquisadores podem explicar a mesma mudança estatística de modos concorrentes, atribuindo o aumento de divórcios à legislação, à economia, à moralidade, à religião, à composição demográfica, aos métodos de registro ou a combinações entre esses fatores. O número, isoladamente, não permite escolher entre essas explicações; a escolha depende de uma teoria anterior.

Criticar o empirismo, portanto, não exige que o pesquisador ignore dados; exige que examine a inferência antes de atribuir ao material empírico aquilo que ele não demonstra.

A objeção da inutilidade

A objeção mais imediata pode ser formulada assim: se os fatos particulares sobre uma sociedade são apenas opinião, que diferença resta entre sociologia e teologia sistemática com capítulos sociais?

O crítico que levanta essa objeção identifica um risco real, mas a conclusão não se segue, pois o risco existe se o pesquisador reduzir a sociologia a uma coleção de versículos sobre família, governo e trabalho. O sociólogo precisa organizar proposições e relações, distinguindo problemas e consequências próprias do seu domínio. O paralelo econômico discutido acima ajuda a definir a tarefa: o programa sociológico deve formular categorias especificamente sociais e mostrar como suas proposições podem ser justificadas.

A sociografia corresponde ao segundo trabalho, no qual o pesquisador descreve sociedades históricas, organiza documentos e compara instituições; ele continua lidando com o mundo concreto, mas não pode tratar a falibilidade como se desaparecesse quando os dados entram num software estatístico.

Considere um exemplo. Uma sociologia escrituralista pode defender uma teoria da família segundo proposições bíblicas e suas consequências. Uma investigação sociográfica pode então mapear como legislações, práticas domésticas e autodefinições familiares aparecem em determinado país e período. O primeiro trabalho procura estabelecer o que a família é e quais normas a governam; o segundo registra como pessoas e instituições se apresentam e agem sob condições históricas determinadas. Quando o pesquisador confunde os dois trabalhos, pode usar a descrição como norma ou ajustar a informação empírica à norma previamente assumida.

A objeção da autorreferência

Há uma dificuldade mais séria. Esta própria nota contém informações extrabíblicas: datas de artigos, títulos de livros, páginas, nomes de periódicos e reconstruções do que determinados autores escreveram. Se tudo isso pertence à opinião, essa prática não seria inconsistente com a própria restrição epistemológica?

Responder a isso exige admitir a consequência, pois sob a definição escrituralista estrita, os dados bibliográficos deste texto não se tornam conhecimento apenas porque foram verificados em catálogos e arquivos, além de edições digitalizadas. Trata-se de afirmações documentais falíveis, ainda que possam ser sustentadas por excelente documentação. Uma afirmação documental pode estar muito bem sustentada, corresponder à verdade e ser publicamente verificável; seu estatuto, contudo, continua diferente daquele atribuído à proposição revelada.

O pesquisador não precisa ocultar isso, mas deve marcar a diferença entre reconstrução histórica e dedução. Quando afirma que Moberg publicou determinado artigo em 1989, oferece documentação para que o leitor examine a afirmação. Quando se argumenta que uma conclusão não se segue de suas premissas, o leitor deve examinar a inferência; quando se sustenta que certa doutrina é bíblica, a questão exige demonstração exegética e lógica própria. Convém reservar a palavra “conhecimento” de modo a manter essas operações distintas.

Douglas Douma encontrou problema semelhante ao estudar o papel da informação extrabíblica na hermenêutica de Clark. Ao reunir passagens nas quais Clark rejeita informação extrabíblica como fundamento necessário e outras em que reconhece algum valor para materiais externos, Douma pergunta se esses recursos devem ser tratados como opinião em vez de conhecimento.¹² Na sociologia, a mesma dificuldade é ainda maior, porque o pesquisador usa informação extrabíblica continuamente e esse material constitui boa parte do trabalho cotidiano.

Não pretendo, com essa distinção, responder a toda objeção ao infalibilismo clarkiano; sustento apenas que uma sociologia que o aceite pode trabalhar de modo coerente sem tratar censos como Escritura nem como material inútil.

Uma consequência programática

Isso altera a ordem do projeto de uma sociologia escrituralista, pois, antes de construir uma teoria positiva das instituições, será necessário responder, para cada proposição: qual é sua fonte, qual é seu estatuto e qual inferência a sustenta?

Um levantamento de constituições não basta para estabelecer a natureza do Estado. Romanos 13: 1-7 (ACF 2007), por sua vez, não fornece a descrição contingente do que determinado Estado fez no ano passado. Uma correlação não basta para estabelecer que certa política produziu determinado resultado, e uma descrição estatística não determina a avaliação moral do caso.

A separação explícita dessas operações aumenta a precisão do trabalho e mantém claro o limite de cada uma.

A partir dessa separação, proponho um programa de trabalho: será necessário desenvolver uma antropologia social e teorias das instituições, da autoridade, da associação e do conflito. Também será necessário tratar da relação entre pecado e ordem social, da história social e da causalidade compatível com a soberania divina. No campo sociográfico, será preciso definir regras para o uso de documentos, testemunhos, censos, estatísticas, entrevistas e observação, sem atribuir a essas fontes um estatuto que elas não sustentam.

Esse programa exige mais do que acrescentar uma confissão ao método corrente. O pesquisador deve justificar aquilo que afirma conhecer e distinguir o que apenas registra, estima ou aceita provisoriamente para agir.

Conclusão

Moberg argumentou que pressupostos e valores religiosos afetam a prática das ciências sociais. Dooyeweerd formulou uma filosofia social que nega neutralidade e situa estruturas sociais numa ordem criada. MacLarkey transformou parte desse programa em esboço de teoria sociológica cristã, distinguindo sociologia filosófica e sociologia empírica. Wearne sustentou que, mesmo dentro da tradição reformacional, a tarefa permanecia incompleta.

Nesse quadro, Clark, Robbins e Crampton acrescentam uma restrição decisiva. Se o conhecimento se restringe àquilo que Deus revela e às consequências logicamente necessárias dessa revelação, a sociologia empírica não pode funcionar como fonte autônoma de proposições conhecidas. E isso não torna os documentos, os censos e as estatísticas falsos; impede apenas que sua utilidade seja confundida com infalibilidade ou justificação epistêmica.

Proponho, por isso, separar sociologia e sociografia. Na sociologia, o pesquisador procura construir uma teoria verdadeira da realidade social a partir da revelação. Na sociografia, descreve configurações contingentes por meios falíveis, preservando valor documental, comparativo e prudencial. Os dois trabalhos podem ser combinados desde que o pesquisador mantenha seus estatutos distintos.

A pesquisa social concreta continua possível. O pesquisador, porém, deixa de atribuir neutralidade ao dado e de promover automaticamente a observação ao estatuto de conhecimento.

A exigência metodológica é simples: antes de perguntar o que os números dizem sobre a sociedade, o pesquisador escrituralista deve perguntar o que, exatamente, um número pode dizer.

Notas

Bibliografia

Cheung, Vincent. “A Career in Science.” 18 de janeiro de 2005.

Cheung, Vincent. “Occasionalism and Empiricism.” 29 de abril de 2005.

Crampton, W. Gary. “Scripturalism: A Christian Worldview.” *The Trinity Review*, no. 299 (March-May 2011).

Dooyeweerd, Herman. *A New Critique of Theoretical Thought*. Vol. 3, *The Structures of Individuality of Temporal Reality*. Traduzido por David H. Freeman e H. de Jongste. Philadelphia: Presbyterian and Reformed Publishing Company, 1969.

Douma, Douglas J. “Scripturalist Hermeneutics and Extra-Biblical Information.” *The Trinity Review* (June 2020).

MacLarkey, Robert L. “Reformational Social Philosophy and Sociological Theory.” *Perspectives on Science and Christian Faith* 43 (June 1991): 96-102.

Moberg, David O. “Empirical Social Science and Christian Faith.” *Journal of the American Scientific Affiliation* 16 (March 1964): 20-26.

Moberg, David O. “Is There a 'Christian Sociology'?” *Journal of Interdisciplinary Studies* 1, nos. 1-2 (1989): 5-23. doi:10.5840/jis198911/22.

Robbins, John W. “An Introduction to Gordon H. Clark.” *The Trinity Review* (July-August 1993).

Robbins, John W. “The Promise of Christian Economics.” *The Trinity Review*, nos. 186-187 (August-September 2000).

Steinmetz, Sebald Rudolf. “Die Stellung der Soziographie in der Reihe der Geisteswissenschaften.” *Archiv für Rechts- und Wirtschaftsphilosophie* 6, no. 3 (1912-1913): 492-501.

Wearne, Bruce C. “Deism and the Absence of Christian Sociology.” *Philosophia Reformata* 68, no. 1 (2003): 14-35. doi:10.1163/22116117-90000273.

Citação sugerida

O. III. “Informação sem conhecimento? O estatuto dos dados empíricos em uma sociologia escrituralista.” *CEE Nota de Pesquisa* 002, versão 1.0, 2 de setembro de 2026.

Notas

1. David O. Moberg, “Empirical Social Science and Christian Faith,” *Journal of the American Scientific Affiliation* 16 (March 1964): 20-26. [\[Voltar ao texto\]](#)

2. David O. Moberg, “Is There a 'Christian Sociology'?” *Journal of Interdisciplinary Studies* 1, nos. 1-2 (1989): 5-23, doi:10.5840/jis198911/22. [\[Voltar ao texto\]](#)

3. Herman Dooyeweerd, *A New Critique of Theoretical Thought*, vol. 3, *The Structures of Individuality of Temporal Reality*, trans. David H. Freeman and H. de Jongste (Philadelphia: Presbyterian and Reformed Publishing Company, 1969), 157-160. [\[Voltar ao texto\]](#)

4. Robert L. MacLarkey, "Reformational Social Philosophy and Sociological Theory," *Perspectives on Science and Christian Faith* 43 (June 1991): 96-102. [\[Voltar ao texto\]](#)
5. MacLarkey, "Reformational Social Philosophy," 96-97; Dooyeweerd, *A New Critique*, 3:157-160, 262-265. [\[Voltar ao texto\]](#)
6. Bruce C. Wearne, "Deism and the Absence of Christian Sociology," *Philosophia Reformata* 68, no. 1 (2003): 14-35, doi:10.1163/22116117-90000273. [\[Voltar ao texto\]](#)
7. John W. Robbins, "An Introduction to Gordon H. Clark," *The Trinity Review* (July-August 1993), 2-3. [\[Voltar ao texto\]](#)
8. W. Gary Crampton, "Scripturalism: A Christian Worldview," *The Trinity Review*, no. 299 (March-May 2011), 4-5. [\[Voltar ao texto\]](#)
9. John W. Robbins, "The Promise of Christian Economics," *The Trinity Review*, nos. 186-187 (August-September 2000), 2-7. A conferência original foi apresentada em outubro de 1999. [\[Voltar ao texto\]](#)
10. Sebald Rudolf Steinmetz, "Die Stellung der Soziographie in der Reihe der Geisteswissenschaften," *Archiv für Rechts- und Wirtschaftsphilosophie* 6, no. 3 (1912-1913): 492-501. O termo recebeu usos posteriores diferentes; aqui interessa sua associação histórica com descrição empírica de condições sociais. [\[Voltar ao texto\]](#)
11. Vincent Cheung, "Occasionalism and Empiricism," 29 de abril de 2005; Cheung, "A Career in Science," 18 de janeiro de 2005. Ambos integram a biblioteca digital oficial do autor. [\[Voltar ao texto\]](#)
12. Douglas J. Douma, "Scripturalist Hermeneutics and Extra-Biblical Information," *The Trinity Review* (June 2020). [\[Voltar ao texto\]](#)

Como citar

III, Orlando. Informação sem conhecimento? O estatuto dos dados empíricos em uma sociologia escrituralista. Centro de Estudos Escrituralistas, 2026. Versão 1.1. Disponível em: <https://www.orlandoterceiro.com/cee/pt/notas-e-intervencoes/informacao-sem-conhecimento-o-estatuto-dos-dados-empiricos-em-uma-sociologia-escrituralista>. Acesso em: 19 set. 2026.

<https://www.orlandoterceiro.com/cee/pt/notas-e-intervencoes/informacao-sem-conhecimento-o-estatuto-dos-dados-empiricos-em-uma-sociologia-escrituralista>